

A LATÊNCIA DOS SENTIDOS NA PULSAÇÃO DA HISTÓRIA. OS SENTIDOS DA COLONIZAÇÃO

LATENCY OF THE SENSES IN THE PULSE OF HISTORY. THE SENSES
OF THE COLONIZATION

Eni Puccinelli Orlandi¹

RESUMO: Desenvolvendo o tema tratado no livro *Terra à vista*, retomo a análise dos processos de significação que estão na base dos efeitos de sentidos da colonização. Apontando para o movimento próprio aos sentidos ainda não experimentados e os que se colocaram como fundadores de nossa(s) identidade(s), elaboro uma reflexão que busca ser sensível à pulsação da história em seu real. Para isso, visito as fronteiras da memória e do esquecimento **nas falas** que seguem seus caminhos, nos discursos sobre e dos brasileiros, e sobre o Brasil. Sentidos latentes, que se tensionam entre a estabilidade e o equívoco.

Palavras-chave: Colonização; real da história; sentidos latentes; ideologia; o brasileiro.

ABSTRACT: By developing the theme dealt with in the book *Terra à vista*, I resume the significance processes that lie in the foundation of the effects of the meanings of the colonization. By pointing at the specific movement of the senses not yet experienced and the ones that have placed themselves as the founders of our identity (identities), I develop a reflection that aims at being sensible to the pulsation of actual history. In order to achieve this aim, I visit the frontiers of memory and forgetfulness in the speeches that follow their paths, in the discourses about and by the Brazilian people and about Brazil itself. Latent senses that are tensed between the stability and the misconception.

Keywords: Effects of the sense; colonization; stability and misconception.

*Sertão, esses seus vazios, o senhor vá, quem sabe alguma coisa
ainda se encontra. (Guimarães Rosa)*

Não são vazios, são silêncios. E o que se encontra, e que é o Sertão, que significa tanto para nós, brasileiros? *Alguma coisa ainda*. Latência, pulsação. Silêncio. Metáfora. Incompletude. Assim são os sentidos de colonização que atravessam nossos tempos e línguas. Em estado puro, em efervescência, em cinzas. Na pulsação da história. Aprendi isso com o *Terra à Vista*. Não só

¹ Doutora em Linguística pela Universidade de São Paulo - USP e pela Universidade de Paris/Vincennes. Professora visitante da UNEMAT, atuando no ProfLetras e em Linguística. Pesquisadora do Laboratório de Estudos Urbanos da Universidade Estadual de Campinas - Unicamp e professora colaboradora do IEL/Unicamp.

na sua escrita, mas nas reverberações de sentidos que ele foi produzindo ao longo de muitos outros estudos e pesquisas que venho fazendo. Quer sobre língua, sobre cultura, sobre identidade, sobre discursos, sobre mundialização. Sobre o Brasil. Encontrando ressonâncias no caminho; ecos e dissonâncias.

Terra à Vista! é o enunciado inaugural do Brasil. Uma exclamação de quem avista, chega, aporta, descobre. De quem, essa terra? À vista. Descoberta. Descobrir na conjuntura histórico-política do século XVI significa tomar posse. Início do processo de colonização.

Nesse texto, tomo o Sertão como *locus significandi*². Não como lugar empírico. Mas simbólico. O nosso Sertão imaginário, que atravessa nossa identidade de norte a sul de leste a oeste. O Sertão emblemático de ser brasileiro. Nossa imensidão³. Aqui, o Sertão é espaço de significação da nossa identidade brasileira. Atravesso minha escuta do *Terra à Vista* por algumas formulações, citações, retomadas a Guimarães Rosa, do *Grande sertão: Veredas*. O Grande Sertão nos diz como brasileiros. Sentido profundo. Nos significamos pelo Sertão. Nessa retomada, Sertão é a metaforização da história que me propus interpretar e que trabalho no *Terra à Vista*.

Na perspectiva em que me coloco, na reflexão sobre linguagem, datas, por si, ou em si, valem pouco. O que valem são os *processos de significação* e eles não seguem a linha cronológica do tempo. Por isso, a menção a Sertão faz sempre sentido. Pelo que nos significamos pelo Sertão. Latência e pulsação, não um sentido definido ou definitivo. Assim como para colonização. Os sentidos possíveis, o não experimentado, ou do possível para (se) ser brasileiro. Narratividade e memória discursiva⁴.

A memória não é já. É ainda. É busca, é impulso. Presença-ausente, latência de sentidos a vir. Pulsam.

A memória não fica no passado, inerte. Ela se conta no sujeito pelo que significa.

Sertão - se diz -, o senhor querendo procurar, nunca não encontra. De repente, por si, quando a gente não espera, o sertão vem. Discurso, significação, brasilidade. Na pulsação da história os sentidos cruzados de colonização e imigração já se prenunciam e vão dar no colono imigrante do século XIX, ou no desterro, ao denominar o refugiado, na conjuntura da mundialização. Fomos descobertos, dizem uns, invadidos, dizem outros, ou apenas nos constituímos em nossa história. Colonização e imigração, em seus muitos modos de significar, se conjugam em sua proximidade e distância, continuando-se na questão da terra. À vista.

Não há uma pretensa origem. É uma questão de interpretação, de significação. Nem há só uma interpretação, a verdadeira. Há o real do processo de significação. Diz Pêcheux (1990) que “nos espaços transferenciais de identificação, constituindo uma pluralidade de filiações históricas (através das palavras, das imagens, das narrativas, dos discursos, dos textos, etc) as coisas-a-saber coexistem, assim, com objetos a propósito dos quais ninguém pode estar seguro de “saber do que se fala”, porque esses objetos estão inscritos em uma filiação e não são o produto de uma aprendizagem”. Tudo saber é um equívoco que nega o fato da interpretação no momento mesmo em que ela aparece. Estamos sempre tratando de sentidos e de interpretação. Porque, nos diz Pêcheux, “há o outro na sociedade e na história, correspondente a este outro próprio ao linguageiro discursivo”, e é porque há esse outro que, diz ele, “pode haver ligação,

² O locus significandi corresponde a espaços materiais que determinam, pela conjuntura em que se configuram, a produção de sentidos.

³ Temos até músicas que reverberam o sentido do sertão em seu largo espectro significativo: o Luar do sertão, Asa Branca, e muitas outras.

⁴ A maneira como a memória se diz em processos identitários.

identificação ou transferência, abrindo a possibilidade de interpretar. E é porque há essa ligação que as filiações históricas podem-se organizar em memórias, e as relações sociais em redes significantes”. A isso acrescento algo, que acho muito importante, quando se pensa a análise face a essa questão de que não podemos saber do que se fala.

Sei, o Grande sertão, pergunta G. Rosa?

Pêcheux (idem) vai dizer que “esse discurso outro, enquanto presença virtual (vejam: latência) na materialidade descritível da sequência, marca, *do interior desta materialidade*, a insistência do outro como lei do espaço social e da memória histórica, logo como o próprio princípio do real sócio-histórico”. No um há o outro. Me pergunto: que sentidos se alojam em Terra à Vista? Pulsação, latência. Presença-ausente. Ai se estabelece o espaço virtual de leitura, diz Pêcheux, e eu digo de interpretação, de significação. Em que o sentido pode ser outro; diferente.

Somos uma disciplina da interpretação. Porque o real com que trabalhamos é um real sujeito à interpretação. E nos distinguimos da hermenêutica, porque esta busca o sentido verdadeiro e não *o real do processo de significação*. Importa a mim, a afirmação de que esse discurso-outro se marca *do interior da materialidade*, pontuando assim a insistência do outro como lei do espaço social e da memória histórica. O eu e o outro, o histórico e o social. A linguagem não é transparente. Tem materialidade. E o que parece evidente é sujeito a equívoco.⁵

Nas minhas pesquisas com os discursos da descoberta, era na materialidade mesma do discurso que eu buscava, pela análise, espaços transferenciais de identificação, em uma pluralidade contraditória de filiações históricas.

Na escrita do *Terra à Vista* tive meus primeiros embates com o outro, com o Outro, sem saber de fato o que isso significava então⁶. Para mim, aparentemente, era o Índio, na relação do europeu. Processo de colonização. A questão alteridade/ subjetividade discursiva foi tomando força face a esse outro, o Outro. O diferente que me constitui. Envolvimento com a questão da de-semelhança, da diferença, da repetição, do deslocamento, do interdito, do dizer e não-dizer, com o silêncio. Com as versões. Tantas.

O não existente, o presente-ausente, o latente, levaram-me à interrogação: como surgem sentidos? De onde vêm os sentidos? Como funciona o já-dito em mim. Como a narratividade traz/atualiza a memória? Fazendo a memória falar por si.

Em minhas análises, procurava explicitar processos discursivos relevantes, recortando o campo da ciência (linguística), da cultura (antropologia), da religião (catequese), do Estado (colonização). Como consequência, cheguei a modos de produção da identidade dita brasileira, e da configuração da brasilidade em seus aspectos político, jurídico, linguístico-cultural, tendo em vista sua historicidade. Vale ainda mencionar algumas explorações no campo da filosofia, com análises do naturalismo e do positivismo.

Analisei discursos que me possibilitassem flagrar a retórica de contato entre os Índios e ocidentais. Achamento. Descoberta. Ai está iniciado nosso processo de inclusão, de integração, de adaptação, de adequação, processo civilizatório da catequese, da colonização. Eu flagrava discursos da construção do “outro” tendo como lugar específico dessa construção o Brasil. Inicialmente recortei o discurso dos missionários. Aos poucos fui alargando este material,

⁵ É isso, afinal, o principal para quem trabalha com a linguagem: não atravessá-la, sem se dar conta da sua presença material, da sua espessura, da sua opacidade, da sua resistência.

⁶ Minha analista, quando falei a ela sobre o livro e seu título, ela só me perguntou: Você entendeu esse seu encontro? Sabe quem está à vista? O que não facilitou em nada a minha “conclusão” do livro, no sentido de algum seu “fechamento”.

expandindo a análise para os discursos fundadores da brasilidade: materiais de arquivo, desde o século XVI até o século XIX. Eram relatos de missionários, de viajantes, de naturalistas, de missões de pacificação, onde encontrava sentidos se constituindo assim como a inscrição da língua não só em relatos, mas também em documentos, gramáticas, listas de palavras, enfim, textos produzidos pela colonização tanto por estrangeiros como por brasileiros⁷.

Confrontando-me ao discurso da colonização, eu elaborava a noção de alteridade, de sociedade, de história. E a de Estado, nação, país, território. Analisando discursos, procurava compreender o processo discursivo que aí se desenvolveu produzindo efeitos de sentidos sobre o Brasil, e, ao mesmo tempo, constituindo os sentidos do que é ser brasileiro. Discursos sobre o Brasil e sobre e de brasileiros sustentavam uma compreensão da identidade como movimento na história. A identidade não fica parada no lugar. Somos o edifício de múltiplos, segundo Nietzsche (1995).

Este percurso no *Terra à Vista* começou em análises e reflexões sobre textos como o Diálogo da Conversão do Gentio, do Pe Manoel da Nóbrega, ou a Carta de Pero Vaz de Caminha, ou de textos sobre Nimuendaju em seu trabalho de “pacificação”, textos sobre as Amazonas, o Eldorado. Narratividade. Memória.

Mas um acontecimento acadêmico me fez olhar para o fato de que ainda temos Índios no Brasil e temos missionários. Um e Outro. O Um e o Outro. Inconsciente e ideologia aí se apresentam em sua articulação material. Como o sentido é político, está sujeito à relação de forças, divide, hierarquiza. Um e outro não são iguais.

O acontecimento foi saber que havia um grupo de estudiosos, antropólogos, cientistas sociais, historiadores que se reuniam às quartas-feiras, em nosso prédio, para discutir questões indígenas. Quem coordenava as reuniões era o antropólogo Rubem César Fernandes⁸. Fui a algumas reuniões e escolhi trabalhar com os Guarani, de perto de Dourados, que enfrentavam uma crise profunda, resultante do contato com Evangélicos.

Após esse contato de trabalho, mudei o planejamento de minha pesquisa. Parti, inicialmente, para a *pesquisa de campo*: com um grupo macro-jê, os Xerente, no Tocantins; um grupo guarani, os Kaiová, no Paraná; um grupo Tupi, os Assurini do Xingu. Me perguntava como significavam, em grupos indígenas diferentes, esses discursos de missionários, de linguistas, de antropólogos. Procurei ouvir o Índio, e em suas palavras ouvi o missionário, o antropólogo, o linguista. Com algum tempo de pesquisa de campo, consegui alguns materiais em que era possível ouvir o Índio falando.

Feitas estas pesquisas de campo, comecei a *pesquisa de arquivo*, com a análise sistemática de textos, relatos, de missionários, viajantes, aventureiros, como disse, dos séculos XVI ao XIX. A Pesquisa de arquivo foi feita em grande parte na Biblioteca Nacional de Paris, na Biblioteca Secreta do Vaticano, na dos Capuchinhos e na Propaganda Fide, em Roma. A maior parte se realizou durante meu período de estágio em Paris, em meu pós-doutorado (1987/88) na Universidade de Paris VII.

Ampliei meu trabalho, acolhendo a proposta de um projeto internacional, que tinha como meta a produção da História das Ideias Linguísticas no Brasil, considerando a colonização.

Colonização e descolonização são processos que se instalam desde o início de nossa história. No trabalho com as gramáticas ou o processo de gramatização do português, pelos

⁷ Essa é uma questão: quem são os brasileiros de então, ou quando se tem brasileiros?

⁸ Que atualmente vive no Rio de Janeiro, e é secretário da ONG Viva Rio.

gramáticos brasileiros, essa observação resultou na redefinição da chamada *lusofonia* como sintoma de uma história de dominação que se deslocou, se descolou do período colonial. E que passo a pensá-la não mais olhando para o passado e a imposição de uma língua a outra nação, outro Estado, mas visando o futuro e a pluralidade de relações que se estabelecem nesse chamado espaço de lusofonia, com a mundialização, e as relações afro-indo-brasileiras. Pulsa a história.

Nossos gramáticos, já no século XIX, se autorizam como autores, ao mesmo tempo em que nos autorizam em nossa língua, com nossas gramáticas. Não temos mais que aprender nossa língua na gramática do português Jerônimo Soares Barbosa.

Pulsa nessa outra história, a da Língua Brasileira. Nossa língua fluida, a que se constitui dia a dia, sem limites. Na relação com as línguas indígenas, as de imigração, as de fronteiras.

A memória em funcionamento: versões, imaginário, real

Uma das melhores resenhas que li sobre o *Terra à Vista* é a de Paulo Micelli, um historiador da Unicamp. O título da resenha é “Conhecer, nomear, governar...o Índio como se fosse o Índio”. Ele atingiu aí de forma muito particular a crítica que faço da sobredeterminação do Índio pelo discurso sobre o Índio. Articulação entre o real e o imaginário. Discursividade em que o discurso sobre o brasileiro determina o discurso do brasileiro. Condição à qual vamos resistindo cada vez mais.

A questão fundamental para estes discursos, que tratam do descobrimento e da colonização, discursivamente, põe em interrogação a relação entre pensamento, linguagem e mundo. Desde os primeiros escritos - veja-se Fernão de Oliveira (1536) em sua questão inaugural da gramática portuguesa: “porque das cousas nascem as palavras e não das palavras as cousas” - esta relação é trabalhada arduamente, seja em nome da Fé, em nome da Ciência ou em nome do Estado. Trabalho de construção da gramática como uma tecnologia da colonização para que as línguas estivessem sob o controle da língua mais importante: a do colonizador. Fosse o português (F. Oliveira) ou o espanhol (A. Nebrija, 1492), seguindo o modelo da gramática latina. Era preciso dar sentido, em uma língua, a do colonizador, ao que se descobria, se encontrava, se achava. Significar é administrar.

É o pensamento que é determinante ou é a língua? Não se pergunta pelo mundo. Este, a ser conquistado, domesticado e posto sob as ordens do Senhor, fosse Deus ou o Rei. Nomear é governar. Se, de um lado, se domesticam as línguas, de outro, se domesticam os corpos, com outra tecnologia, a da catequese. A Gramática e a Bíblia são os dois grandes livros. E o Estado tem suas instituições e os seus discursos para produzir a articulação político-simbólica do social. Para estabilizar, governar, controlar. A textualidade da colonização passeia entre a Gramática, a Bíblia, e as instituições com seus discursos normativos. Pulsação. Sentidos não são inertes e demandas do real da história reclamam sentidos outros. Que começam a se espalhar por todo lado. É certo que, com o processo da colonização começou também o da *descolonização*. Há um ritmo no significar. Ritmo, que depende da relação da linguagem com a exterioridade. Que liga real da língua e real da história. É o pulso dessa nossa história que está em questão para mim quando penso a colonização, a descolonização, nos séculos XVI/ XIX, a constituição do Estado brasileiro, o século XX, e a mundialização no século XXI.

Em que temos sentidos ora silenciados, ora produzidos, arrolados por processos de significação mergulhados na historicidade do dizer e do não dizer, de confrontos com a

alteridade, arrebanhados no correr da história. Colonização, século XVI, mundialização, século XXI. Democracia, ditadura, política do digital, história fake. São os caminhos que temos percorrido. Colonização, descolonização, imigração, desterro. Da esquerda para a extrema-direita. Esses seus silêncios. Mas, o real resiste canta Arnaldo Antunes. Homofobia não existe, ironiza o compositor. Gabinete do ódio não existe, gabinete das sombras, também não? Pergunto. O senhor vá. E em mim ressoa: *alguma coisa ainda encontra*.

No começo era a Carta, e a Carta virou nós

Se formos olhar desde o começo, onde o olhar alcança - e existe um começo? - encontramos Pero Vaz de Caminha. Um nome. Um viajante. Que lavra a carta de nosso *achamento*. Sim, o Brasil foi achado. Para Portugal foi UM achado. As palavras não dizem a mesma coisa. Essa diferença não tem sido ultrapassada. É o que chamo de fronteiras para dentro. Quem atravessa de fora para dentro tem vantagens sobre quem (se) atravessa⁹.

A Carta é um relato/relatório, antes de tudo, para dar conta do “achamento” desta terra, e daquilo que Caminha viu e o que lhe “pareceu”. É uma descrição relatada - uma narrativa - que aponta para um rumo da história ao navegar, relatar, tomar posse. Também os sentidos já estavam lá? Houve só um achamento?.... Vão fabricando sentidos. Latência.

Nos efeitos de sentidos, que produz nossa história, pulsa o sentido de *Descoberta*. Explorando a política do silêncio, podemos observar o que A Carta diz e o que ela não diz, mas que está significando. Interessa saber, nessa fala que já veio produzindo sentidos sobre o Brasil (Terra de Santa Cruz) e os então brasileiros, ainda em seu “achamento,” como a colonização já vai se processando, pulsando, entre o silêncio e o silenciamento desde a nossa “descoberta”.

Não temos ali o brasileiro falando. O Sertão? O habitante de então não tem escrita e é preciso escrita para se fazer um relato que tenha a autoridade de um documento e a legitimidade da história que se conta. Não temos letra, não temos escrita, não temos ainda nossa narrativa. Pulsação. Sentidos tensionados, latentes. Nos discursos do descobrimento temos o Brasil e o brasileiro sendo significados, antes mesmo que ele fale, que ele signifique na sua história. *Por ser gente que ninguém entende*. Somos “estoutros”.

A língua das “gentes” que eles encontraram - estoutros - é incompreensível, não existe para os colonizadores. Falar, nesse momento da colonização, é falar a língua de Portugal. Brasileiros não falam. Portugal fala para amansar e pacificar esses habitantes. Pacificar, catequizar é colocar o Branco, com sua forma de exercício do poder, com sua língua, mediando o Índio e o próprio Índio, o Índio e sua cultura. Não qualquer Branco, o Branco europeu, letrado, adulto, cristão. Civilizado.

Ver e relatar é, sobretudo, projetar as imagens de uma cultura sobre a outra, de uma história sobre a outra.

Uma dessas falas muito popularizadas é “Em se plantando tudo dá”. Na Carta, o que temos é: “E em tal maneira é graciosa que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo, por bem das águas que tem. Porém o melhor fruto, que nela se pode fazer, me parece que será salvar esta gente”. Ao reinventarmos o dito, substituindo-o por “Em se plantando tudo dá”, fazemos da fala deles a nossa. Metaforizamos. “Esquecemos” que esta formulação, na fala de Caminha, nos coloca como objeto de Salvação. Mas “esquecermos” isto não é um defeito, é uma prática

⁹ MST invade terras; o europeu descobre. Resíduo de colonialismo.

significativa de nossa *descolonização*. Latência. Pulsação. Nossas versões não são a repetição empírica do que encontramos nos documentos históricos, mas seu deslocamento, parte de como nos filiamos e nos significamos na *nossa* história. Na metaforização, deslizamento, a nossa memória fala em nós, enquanto brasileiros, e, nessa passagem do que temos a significar, constroem-se espaços da identidade e de nosso modo de produzirmos um processo de significação, em que, ao nos dizermos, nos significamos. Situação sócio-histórica, política, em que ser diferente não é só ser diferente, mas ter outra história para contar. Pulsa nessa outra história, a da Língua Brasileira. Nossa língua fluida, a que se constitui dia a dia, sem limites. Na relação com as línguas indígenas, as de imigração, as de fronteiras. Língua que, como disse, nossos gramáticos, no século XIX, ao se autorizarem como gramáticos, autorizam.

Há outros sentidos nesses sentidos de colonização.

Nos sentidos ditos e não ditos pulsa o real ao ritmo da história.

O real existe e resiste, ressoamos. “Estoutros” existem e falam. E são. São em suas transformações e destransformações, como o real dessa história, o real dos sentidos, com seus equívocos, derivas, efeitos metafóricos. Na colonização e na descolonização. Na pulsação da história não somos, mas somos livres. Não há povo, sociedade, não há gente que não busque liberdade. A liberdade é o impulso da história. Pulsação entre submeter e mandar. Pulsação entre oprimir e resistir.

É assim nossa história. *Sertão é isto: o senhor empurra para trás, mas de repente ele volta a rodear o senhor dos lados.*

Não basta descolonizar. Tudo muda. E tudo pode ser o mesmo. É uma questão de gatilho instalado pela colonização. Sentidos sujeitos a equívoco pontilham nossa história. Sujeitos reproduzem. Ou resistem.

Encontrando a mundialização

Alguns autores dizem que a mundialização termina o trabalho feito pela colonização. É o ontem contemporâneo. O século XVI se fazendo século XXI. Mas a história pulsa, e o mesmo já não é o mesmo. Esse outro - não estoutro - que nos separou do passado, do ancestral, nos leva para o horizonte do que ainda não vivemos. Do que ainda se encontra. Mas aí o susto. Ditaduras no século XX se transformam em alçapões políticos de extrema-direita no século XXI. Não nos livramos do terror do mandar e submeter. Agora, na hostilidade a qualquer outro, que não sejam os mesmos. Os da falta de liberdade, seja ela individual, social, histórica, moral, religiosa, cultural ou científica.

Mas *O sertão de repente se estremece, debaixo da gente...* Isso é terra brasilis. Não só à vista, mas presente, pois *O Sertão está em toda parte, [...]. O sertão é maior que o mundo.* Sentidos reverberam para todo lado. Plurais, como são plurais os sujeitos nas sociedades e nas histórias. O sentido não é exato. Nada no simbólico é exato. A língua é sujeita à falha. Tudo é sujeito a equívoco.

O Terra à Vista, em minha escrita, sempre esteve ligado *Às formas do silêncio*. Se produziram juntos. E silêncio e brasilidade, feitos na luta com a colonização, se intercompreendem.

Não se fica muito em um ponto de parada quando se seguem os processos de significação. E chegamos então em uma modalização possível de um processo de redução,

semelhante ao da catequese, da colonização. Em outros tempos e com outros ares: o da *mundialização*, com as tecnologias, as relações em redes, a sociedade virtual.

Mundializar é algo que pulsa em vários momentos da história. No século II AC já há mundialização. É o que diz Políbio, quando fala que os acontecimentos no mundo se tornam ligados entre si. E se tomarmos como referência o Mediterrâneo, no Império Romano, podemos observar a experiência da mundialização. Como também desde o fim da Guerra Fria, temos um espaço mundial, o da era da comunicação “sem limite”, fim da URSS que desemboca no mito da Democracia. Em mais um passo chegamos à nova declinação do Mundial. Em que, contraditoriamente, movimentos migratórios, barrados, suscitam a criação de meios de controle sofisticados assim como novas leis, e a construção de muros, os muitos que existem com suas diferentes formas, desde as construídas empiricamente, e são visíveis, até as que se constroem por satélites, que não vemos, ou por leis e normas de Estados-Nação. Espaços idealmente abertos, mas concretamente fechados, materializando as novas divisões. Inclusive as digitais.

Mais falada que praticada, no entanto a mundialização tem seus efeitos e se materializa através da projeção de inúmeras formações discursivas: a da migração, da ecologia, do terrorismo, das minorias, da delinquência, das redes sociais, e etc. Sylvie Brunel (2007) nos fala da globalização financeira, mercado planetário de capitais e a explosão dos fundos especulativos. Graças às ligações por satélite, à informática e à internet, a mundialização se traduz pela instantaneidade das transferências de capitais. Economia virtual desconectada do sistema produtivo. Espaço que dá ensejo ao financismo - como as novas bombas, que acertam cirurgicamente seus alvos e só matam seres humanos, deixando intactos os bens materiais - esta economia destrói as pessoas, preservando Bancos e grandes Empresas.

As redes planetárias impõem, de novo, a visão de um *mundo interdependente* em que se erigem algumas questões como essenciais e em nome delas se exerce o poder controlador. Os combates das tradições e a intolerância religiosa se agudizam. Laurent Carroué (2005), diz resumidamente que a mundialização é esse processo geo-histórico de extensão progressiva do capitalismo em escala planetária e que é ao mesmo tempo uma ideologia (o liberalismo), uma moeda (o dólar), um instrumento (o capitalismo), um sistema político (a democracia), uma língua (o inglês).

A questão crucial da mundialização, a meu ver, é a contradição entre o real (da divisão, da pobreza, etc) e o imaginário (da difusão, da partilha, da proximidade da escala planetária etc). Em que o sentido dado às tecnologias ultrapassa o de simples instrumentos: elas são um lugar de divisão. Operam essa contradição, produzindo modos de se representarem diferenças. E de marginalizar.

Elke Dauk (2011) diz que através de sua *Odisséia*, Ulisses, arquétipo de todos os migrantes, estabelece pela primeira vez os limites do mundo dos humanos (numa época plena de mitos e de deslimites entre os humanos e os não-humanos). E o critério que ele coloca, no traçado deste limite, é a *hospitalidade*: “*um mundo humano [...] só existe lá onde se come pão, se bebe vinho e se reconhecem as leis da hospitalidade*”. Direitos Humanos? Esta é a ideia que relaciona os seres humanos entre si, por sobre fronteiras étnicas e culturais.

Mas o “estranho”, o outro, nunca deixou de existir em nós e a questão das fronteiras sempre se colocou, no esquecimento voluntário da hospitalidade¹⁰.

¹⁰ Na psicanálise, Freud (1996) foi o primeiro, ao falar da civilização, a falar de um mal-estar, chamando a atenção para a relação que o ser humano tem com o outro, lembrando que não há amor entre iguais sem a rejeição dos estrangeiros. Daí, e lembro Nicole Loraux (1998), quando fala do esquecimento como a arte do político (o que é preciso esquecer na sociedade para continuar), para unir os homens entre si, é preciso deixar alguns outros de fora.

Com a ascensão dos *nacionalismos*, entroniza-se a *nacionalidade* fundamentada em *sangue e solo* como a mais importante identidade de seus cidadãos (E. Dauk, *idem*), identidade refém de critérios (da cidadania?), que impõem a exclusão do “migrante”, a escória, a gentalha, os vagabundos, os ciganos, os nômades, os viandantes. Hoje, os deportados, os refugiados, expatriados¹¹.

Ainda somos, com a mundialização, reféns de “uma” história? Pulsação. Afinal, o que se (h)ouve e o que não se (h)ouve nessa história? Silêncio, algaravia. Batimento. Mando, revoltas, resistências se empurram no jogo entre opressão e liberdade. Pulsação. Batuque e sonoridade mansa. O lírico e o funk, a dancinha e a valsinha. São mais que contradição nessa história. São movimentos de nosso real eivado de silêncios, de deslocamentos, de rupturas. São muitos os sentidos de colonização e eles se abrem em possíveis, quando a ocasião se apresenta. Mas se há condições para que se apresentem há também muitas outras que se constituíram para que não se instalem. Abertura do simbólico, em que a história reclama sentidos. As histórias. Plurais.

Sei, o Grande Sertão(?) pergunta Guimarães Rosa [...] “o senhor querendo procurar, nunca não encontra.”. “O Sertão [...] está dentro da gente”. Sentidos latentes ecoam em nossa memória, naquilo que nos significa em outro lugar e independentemente. Sentidos que resistem. Aparecem e desaparecem, mas estão aí afirmando o real do processo de significação que nos constitui¹². “De repente, por si, quando a gente não espera, o sertão vem”. Sai do lugar. Encontra-se um deslocamento no processo de significação. Resiste.

Sentidos que chegam, ficam, partem, se rompem, transformam e destransformam em permanência. Onde há colonização há descolonização, onde há silêncio, há resistência. O Sertão, se estremece debaixo da gente. O real da história pulsa.

Nas sendas abertas pelo *Terra à Vista*, palavras latentes se tensionam entre a estabilidade, a instabilidade, o vir a ser, o possível, a metáfora, o sujeito a equívoco, o ainda não-significado. Movem-se os sujeitos e os sentidos. Deslocam-se. Resistem. Sentidos não param; mudam de caminho.

Referências:

BRUNEL, S. Qu'est-ce que la mondialisation. In: *10 questions sur la mondialisation*. Spécial Sciences Humaines, n° 1805, Paris, 2007.

Com isto, dirigimos nossa agressividade contra eles. E, nos explica C. Koltai (2008), “que esta agressividade ao outro, longe de ser mera reação de defesa do indivíduo em perigo, está no âmago do desejo humano, instrumento e causa de seu prazer”. Segundo Freud o homem é impelido por algo que lhe é estrangeiro, que não é integrado em si mesmo e, no interior de seu aparelho psíquico, vive, com inquietação, o sofrimento daquilo que lhe é estrangeiro. Esta é a problemática freudiana do estrangeiro, isto é, a necessidade de assimilação e, diante de sua impossibilidade, de extração (segregação, dirá Lacan, 1968). “Objeto identificatório e contra-identificatório, o sujeito nunca permanece indiferente perante o estrangeiro, como se tivesse de fazer existir fora de si algo que lhe é interior”. Desde que Freud (1966) chamou a atenção para o fato de que “a segregação é anterior à fraternidade, diz C. Koltai (*idem*), a questão problemática do indivíduo com o grupo não perdeu sua atualidade - muito pelo contrário -, já que foi a partir da Segunda Guerra Mundial que o racismo se tornou um sintoma social, e o totalitarismo moderno nos mostrou até onde pode ir o humano quando se acirram as diferenças”.

¹¹ Hoje, em plena pandemia, países ricos/civilizados(?) compram 15 vezes o número de vacinas que necessitam e criam regras para os que, não vacinados, em geral de países pobres, não possam entrar nesse solo.

¹² Vale lembrar a frase atribuída a Galileu Galilei (1633) quando teve de renegar a visão heliocêntrica do mundo perante o Tribunal da Inquisição. *Eppur si muove*. Que significa: No entanto ela se move. Assim são os sujeitos e os sentidos: no entanto se movem.

- CARROUÉ, L. *La mondialisation. Genèse, acteurs, et enjeux*. Paris: Editions Bréal, 2005.
- DAUK, E. A hospitalidade e os estrangeiros em tempos de terror e migração. In: *Humboldt*, 93, 2011.
- FREUD, S. *Obras completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- KOLTAI, C. Racismo: uma questão cada vez mais delicada. In: *IDE*, vol. 31, nº47, São Paulo, 2008.
- LORAU, N. De l'amnistie et de son contraire. In: *Les usages de l'oubli*, Paris: Seuil, 1998.
- MICELLI, P. Conhecer, nomear, governar...o Índio como se fosse o Índio. In: *Revista Brasileira de História*, v.11, nº21, pp. 241-254, 1991.
- NEBRIJA, A. *Gramatica Castellhana*. Salamanca, 1492.
- NIETZSCHE, F. *La volonté de puissance*. Paris: Gallimard, 1995.
- OLIVEIRA, F. *Grammatica da Lingoagem portuguesa*. Lisboa, 1536.
- ORLANDI, E. P. *Terra à Vista*. São Paulo: Cortez/Unicamp, 1990.
- PÊCHEUX, M. *Discurso: estrutura ou acontecimento?* Campinas: Pontes, 1990.
- ROSA, G. J. *Grande Sertão: veredas*. São Paulo: José Olympio, 1956.
- VAZ DE CAMINHA, P. *A Carta*. In: Departamento Nacional do Livro, Fundação Biblioteca Nacional, Ministério da Educação.